

 **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO O INCÊNDIO DA POUSADA GAROA**

Pauta: Apreciação do plano de trabalho e depoimentos.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): (9h38min) Bom dia. Bom dia, senhoras; bom dia, senhores. Esta é a primeira em que já teremos depoimentos de testemunhas. É uma sessão, portanto, especial nesse sentido. Nós, após a sessão, reuniremos apenas os membros da comissão para a decisão sobre o plano de trabalho, neste local ou ali no Salão Adel Carvalho, conforme já combinei com o relator, que, por sinal, chamo a integrar a Mesa dos trabalhos. (Pausa.) Ver. Marcos Felipi, relator, eu peço que nos acompanhe na Mesa dos trabalhos. (Pausa.) Faço, rapidamente, a chamada preliminar, apenas para ver se há quórum: Ver. Pedro Ruas, que é este que vos fala, está presente; Ver. Alexandre Bublitz. (Pausa.) Ainda não; Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Ainda não temos a presença; Ver. Erick Dênil. (Pausa.); Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Aí está o Ver. Hamilton Sossmeier. Presente; Ver. Marcos Felipi, relator, já está presente à Mesa; Ver. Coronel Ustra. (Pausa.) Presente; Ver. Rafael Fleck, vice-presidente, eu já tinha registrado a presença; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Está presente; Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Ainda não está; Ver. Gilvani o Gringo. (Pausa.) Está presente; Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Está presente. (Pausa.) Olha, Sr. Relator, no meu cálculo, nós temos quórum para iniciarmos a sessão. Eu quero registrar, em nome do presidente Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, os meus cumprimentos às pessoas que nos dão a honra de acompanharem os trabalhos no dia de hoje. Também dou as boas-vindas à imprensa, que faz um trabalho importantíssimo em todos os sentidos, mais ainda numa CPI, que nós queremos que chegue ao conjunto da sociedade, e se não é através da imprensa, nós não temos essa possibilidade. Eu quero registrar a presença, já vejo aqui, do Ver. Alexandre Bublitz chegando ao plenário. Eu peço, então, que a testemunha a ser ouvida hoje, o Sr. Léo Voigt, sente-se numa das... O nosso microfone pode ser, vou

pág. 1

perguntar à técnica. Se ele não pode ser móvel, ele vai ter que sentar à Mesa para podermos ter um contato visual. Vai ter que ser à Mesa para haver o contato visual. Eu acho que poderia ser aqui, próximo ao relator, não é? Sr. Léo Voigt, por favor, na Mesa aqui, ao lado do relator, o Ver. Marcos Felipi. Está presente o Ver. Erick Dêníl também. Bem, senhoras e senhores, eu peço, então, a atenção de todas e de todos. Nós vamos ter, de início, as perguntas livres para a presidência, a relatoria, a vice-presidência, os membros da comissão, os demais vereadores que pedirem à presidência ou à relatoria. E, de início, cumprindo as formalidades legais, eu peço que o Sr. Léo Voigt apresente o seu nome completo, o seu endereço e um número – um é suficiente – de um documento de identidade, que fica registrado conosco. Tem que ter som, obviamente, no microfone. Então, seu nome completo, seu endereço e um número de identidade, um número apenas.

SR. LÉO VOIGT: Bom dia, meu nome é Léo Voigt, eu resido na Av. Belém Velho, 4.139, Casa 14, meu documento de identidade 2010822738.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe agradeço. Como combinei com o relator, eu vou iniciar fazendo as perguntas, depois passarei ao relator e ao vice-presidente e aos demais vereadores que integram a CPI. Se o senhor não me entender, por favor, peça que eu repito. Pois não, relator.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Bom dia a todos, bom dia, Presidente. Bom a gente colocar aqui para os vereadores que nos assistem, nós tivemos um combinado de, após a oitava, nos reunirmos ali para fecharmos acordo aí no plano de trabalho.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu mencionei aqui.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): A gente levou muito em consideração a sua proposta de plano de trabalho, todos os requerimentos

ali foram juntados, a gente colocou também algumas outras sugestões. Acredito que não teremos problema para aprovar o plano de trabalho, mas ficamos combinados, após a oitava, de assinarmos, não há problema nenhum de assinar, em conjunto, o Presidente com o relator, no intuito também de dar celeridade à CPI. Acho importante, como nós não temos ainda o plano de trabalho estabelecido, o regramento para a primeira oitava, como foi proposta dos dois planos de trabalho – foi praticamente idêntico –, que fosse um tempo para a testemunha poder falar abertamente, se eu não me engano, foram até 10 minutos; o Presidente, o vice-presidente e o relator podem fazer quantas perguntas forem pertinentes e também em momentos diferentes; os outros vereadores até três minutos, conforme nós colocamos no plano de trabalho. Só para que a gente tenha um bom andamento, uma organização e também não passe o limite que a gente combinou, nos dois planos de trabalho, que é das 9h30min até às 11h30min. Se o senhor concordar, acho que é importante para a gente ter uma boa oitava, um bom andamento de CPI no dia de hoje.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, relator. Nós, eu havia dito bem no início dos trabalhos, após esse depoimento, nós teremos uma reunião, aí só dos vereadores que compõem a CPI, para tratarmos da questão do plano de trabalho. Então, eu passo, inicialmente, a palavra ao Sr. Léo Voigt, que já deu as informações que eu pedi, para que, por um tempo de até 10 minutos, faça a exposição que desejar. Por favor, o senhor está com a palavra.

SR. LÉO VOIGT: Bom dia novamente a todos. Vim, me coloco à disposição, me empenhei de reunir o máximo de informações, dados que possam responder às expectativas, dúvidas. É a segunda vez que eu venho à Câmara para tratar do tema, na primeira vez, fui questionado por praticamente todos os vereadores. Logo, *post factum* do incêndio fui chamado aqui, então houve um diálogo com todos os vereadores. Então, podem ter permanecido algumas dúvidas daquela vez ou novas podem ter surgido diante de fatos. E me preparei no sentido de ter o maior número de informações para colocar à disposição da CPI. Estou convicto

que nós tivemos um infortúnio na pousada. Dos 2 mil equipamentos que a assistência social tem contratados, 2 mil vagas contratadas, existe fiscalização permanente, mas essa fiscalização não é *just in time*, não é *full time*, nem a fiscalização das organizações privadas contratadas, como a pousada, nem a do poder público é o tempo inteiro. E tem o agravante que das diferentes organizações que tinham contrato com a pousada, a assistência social trabalha com a população de maior risco, trabalha com a população que claramente se encontra em situação de desordem, como conceitua a antropologia social: desordem pessoal, desordem psíquica, desordem social, desordem familiar, econômica. E essa circunstância de desordem torna essa população abrigada de maior risco, o que torna, inclusive, quem sabe a fiscalização do jeito que ela funciona, insuficiente; pelo menos esse caso revela que talvez seja insuficiente. E isso também fragiliza a política da assistência social, porque justo... Ela até precisa ser mais cuidadora das populações que mais precisam cuidado, né? E há limites para dar cuidado para toda a população: infante, juvenil, adultos em situação de rua, população idosa, vulnerabilidade econômica, vulnerabilidade social, casos graves de violência, violência doméstica, violência contra a mulher. Então é uma demanda realmente de alto risco, com recursos, equipes e capacidades limitadas de ser provido devidamente, como cada caso individualmente requereria o cuidado. Me coloco à disposição e espero que seja útil e fortaleça o relatório e o trabalho dessa comissão.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Sr. Léo Voigt. Como eu disse anteriormente, eu vou começar fazendo as perguntas, peço que a nossa testemunha seja o mais objetiva possível, como serei nas perguntas também. E já lhe pergunto: quando e com quem, quando e com quem o senhor contratou os serviços das Pousadas Garoa? Deixa eu explicar só o seguinte: essas perguntas obviamente fui eu que elaborei, estão com a minha letra inclusive, dediquei esse final de semana, eu fiz quatro versões, peguei a mais enxuta para poder apresentar em condições boas aqui. Então eu vou repetir: quando e com

quem o senhor contratou os serviços da Pousadas Garoa ou das Pousadas Garoa?

SR. LÉO VOIGT: Eu, não é, como a pergunta é pessoal, pessoalmente eu nunca contratei nenhum serviço, porque não cabia à secretaria do Desenvolvimento Social a contratação de serviços. Não existe nem contrato com nenhuma das 2 mil vagas contratadas com o Município, que passou pela secretaria do Desenvolvimento Social – não passava, né? –, porque era, de fato, uma atribuição do SUAS, que é gerido pela FASC – né? –, como também não era... Eu não recebi inclusive nenhuma das demandas. Por exemplo, vereador, eu soube depois que houve várias tentativas de denúncia ou de acusações contra a Pousada Garoa. Eu nunca recebi nenhuma comissão, nenhuma denúncia, nem tem nenhum SEI no nosso guarda-chuva do Desenvolvimento Social, referente às más condições da Pousada Garoa.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O senhor me permite lhe interromper...

SR. LÉO VOIGT: Pois não.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): ...só para dizer o seguinte, tentando ser objetivo, se o senhor não contratou, então foi a FASC que contratou, vinculada politicamente à sua secretaria do Desenvolvimento Social; então, se o senhor pode informar, se tem conhecimento, quando e com quem a FASC contratou o serviço das Pousadas Garoa?

SR. LÉO VOIGT: Bom, o serviço de pousada, rapidamente, ele começou em 2001; esse sistema de abrigamento, oferecendo um quarto para populações vulneráveis de rua, começou em 2001. Esse serviço, se me recordo, ele perdura até 2012. A Prefeitura Municipal interrompe o serviço em 2012 e volta a contratar, não sei se lá por 2017, volta a contratar, mas seguramente, a partir de 2020, liderados pela secretaria da Saúde, é feito um novo contrato com a Pousada

Garoa, é feito um novo edital do qual só uma das três instituições que prestavam serviços à Prefeitura se candidatou, que foi a Pousada Garoa. E esse contrato, eu não sei exatamente a data, mas me parece que ele começa de 2020 e durou até 2024.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Portanto, antes, eu estou concluindo, mas conferindo com o senhor, antes de 2020, as Pousadas Garoa não tinham contrato com o Município, é isso? Com a FASC?

SR. LÉO VOIGT: Isso eu não sei dizer, honestamente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Bem, na sua gestão...

SR. LÉO VOIGT: Eu nem sei se a Pousada Garoa existia antes disso, não.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Na sua gestão, quantos contratos pela FASC foram feitos? Isso, quando eu digo contratos, pode ser a renovação de um contrato, vale como contrato novo, na pergunta que faço.

SR. LÉO VOIGT: Bom, eu tenho uma anotação aqui, vou ler a anotação...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Presidente, uma questão de ordem.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Eu gostaria de esclarecer se o ex-secretário está na condição de testemunha ou investigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Testemunha.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Até o momento?

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Pois é, mas então nós temos que alertá-lo para...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Foi feito o alerta... Mas a sua observação é pertinente, correta, e eu alerto a testemunha aqui. A observação do vice-presidente tem, digamos assim, mais importância do que as palavras revelam. Explico: o investigado tem algumas prerrogativas de proteção que a testemunha não tem, a testemunha é obrigada a dizer exata e totalmente a verdade. O investigado não é obrigado a falar contra si qualquer coisa. A CPI tem aí um pouquinho de semelhança com os tribunais nesse sentido. Mas o senhor está na condição de testemunha. Portanto, obrigado, Ver. Fleck.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Léo Voigt.

SR. LÉO VOIGT: Bom, o levantamento, então, é em dezembro de 2020 a junho de 2021. A FASC tinha contratado 250 vagas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Esse é um, é o primeiro – o primeiro da sua gestão.

SR. LÉO VOIGT: Recente... Não, não, na nossa... isso aqui...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não, não, claro, isso é do governo anterior.

SR. LÉO VOIGT: Do governo anterior, porque isso é um contrato feito pelo Erno, com verbas federais. A primeira contratação é a secretaria da Saúde, governo

federal. Era um programa federal, e aí houve esse abrigo, 60 vagas inicialmente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A continuidade em 2021, aí já é na sua gestão.

SR. LÉO VOIGT: Daí depois é a gestão Melo, a nossa gestão, a partir de 21. Sim. E aí foram feitos os vários aditivos e a recontração; e no meio houve um novo edital e só a Pousada Garoa se candidatou. Foi isso.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Essa é a pergunta que eu cheguei a fazer, mas o senhor repete agora com mais ênfase. Houve a licitação com apenas um inscrito?

SR. LÉO VOIGT: Sim, apenas uma organização aceitou trabalhar nesse tema.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Exatamente essas Pousadas Garoa.

SR. LÉO VOIGT: É, nesse tema, sim.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E, naquele momento, no momento da inscrição, ou seja, entre os requisitos necessários à inscrição, mesmo sendo apenas uma empresa ou uma entidade interessada, havia requisitos mínimos. Então eu vou exemplificar, e posso ser contestado pelo senhor, mas, até onde se sabe, há necessidade de PPCI, em não havendo PPCI, talvez por tamanho ou função, há necessidade de extintores com material para apagar incêndios, apagar fogos de qualquer natureza, um alvará de funcionamento com o funcionamento adequado e não outras funções. Isso houve, em 21, na sua gestão?

SR. LÉO VOIGT: Houve não só na minha, mas na anterior também, eu creio. Bom, nada disso passou por mim, mas eu estudei a matéria. Eu olhei, estudei, porque eu nunca recebi um SEI, nunca acompanhei um processo de contratação, nesse sentido teria total ignorância, mas eu fui investigar, fui me informar, pesquisei, levantei, pedi documentos, li relatórios, então é isso que eu estou, como testemunha, aqui, comentando. Bom, em primeiro lugar, não pode ser exigido PPCI; o PPCI, então, não é uma exigência excludente segundo a legislação; se fosse exigido PPCI, o sistema de licitação seria contestado judicialmente. A mesma coisa para alvará, é uma decisão do Tribunal de Contas, li nos documentos, tem a data, tudo, né, de que não pode ser exigido alvará de determinados tipos de serviços, neste caso não pôde ser exigido alvarás. Mas isso não significa, vereador, que a lista de exigências não seja grande, relevante. A lista de exigências, que são do ponto de vista da assistência social, prevê até distância de camas, em havendo duas camas no mesmo quarto. Ela prevê um conjunto importante de exigências.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe perguntei também sobre extintores em condições de uso, ou seja, verificados, fiscalizados.

SR. LÉO VOIGT: Sim; bom, eu não tenho certeza que era exigido, agora eram fiscalizados, porque nos relatórios consta atualizar extintores vencidos, né. Consta nos relatórios, em todo esse período fiscalizações, que foram atendidas as exigências ou não, compreende? Então os extintores eram, sim, alvo da fiscalização. Eu não sei lhe dizer se era exigência do contrato.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E o senhor sabe me dizer se tem conhecimento de fiscalização de extintores naquela pousada onde houve a tragédia?

SR. LÉO VOIGT: Muito provavelmente, porque o relatório da pousada da Farrapos era muito atualizado, ele era um relatório de novembro e nesse relatório

constam duas recomendações apenas, né? Uma recomendação era de limpeza em área comum, melhorar a limpeza na área comum e, se eu não me engano, recolocar azulejos que haviam despregado, azulejos que haviam caído. Tem só duas, segundo a minha memória, pelo relatório aqui também, duas recomendações naquela pousada. E a unidade da Farrapos, bom, aqui para os vereadores que vão fazer as próximas perguntas, né, a pousada então tinha 24 unidades, 22 – sem população dentro por causa das fiscalizações que disseram das más condições e então foram esvaziadas, não tinha população sendo direcionada para duas delas –, portanto, das 24, 22 pousadas recebiam população, além da população da assistência social, população também privada, porque vendia-se vaga privada, né, e, dessas 22, nós tínhamos várias delas que tinham plenas condições. Se a memória não me falha, quero depor aqui, mais da metade dos relatórios ou pelo menos 50% dos relatórios vinham com nenhuma recomendação especial a ser feita.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Então, uma informação...

SR. LÉO VOIGT: Inclusive, só para dar uma última informação do detalhe, né, eu me lembro... Porque é uma coisa... Eu frequento uma Pousada Garoa, porque eu faço a curadoria de um jovem de rua, né, eu acompanho ele, ajudo voluntariamente e por isso eu visito, eventualmente, uma das unidades da Pousada Garoa e, então, uma das recomendações dizia: precisa ser feito degelo no refrigerador. Porque as condições do refrigerador eram péssimas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É que a imprensa, eu lhe pergunto, noticiou, e foram vários órgãos de imprensa, vários veículos, melhor dizendo, que havia uma servidora ou um servidor da FASC que avisava dirigentes das Pousadas Garoa da fiscalização previamente, o que, obviamente, dá uma condição de maquiagem a condição real, né. Isso, diversos veículos noticiaram. Eu tenho aqui as matérias. O senhor conhecia esse fato de que havia aviso-prévio?

SR. LÉO VOIGT: Então, é o seguinte: a pessoa que está sendo acusada disso é uma das servidoras exemplares do poder público, de carreira, né, que atende 24 horas por dia, atendia 24 horas por dia o acolhimento de população de rua. Quero testemunhar, pessoalmente, um homem com 50 anos de militância social como eu, que era uma das pessoas mais admiráveis da assistência social na cidade de Porto Alegre. Às 23h da noite de um sábado, várias vezes me ligavam, Brigada Militar ligava para o telefone do secretário dizendo: “Tem uma família de venezuelanos aqui na rodoviária com três crianças e não tem o que fazer, não têm para onde ir, eles não têm para onde ir.” Ligava para essa funcionária, às 23h da noite de sábado, meia-noite o serviço de abordagem já estava lá e essa família já estava acolhida, independente da disponibilidade de vagas. Então é o seguinte, há casos em que precisava avisar porque a pousada tinha a porta fechada para quem chegava e precisava dizer: “olha, haverá fiscalização hoje à tarde”, “haverá fiscalização amanhã”. Mas isso não é uma prática permanente, e só na exceção, quando precisava avisar para poder acessar. Senão, não, a fiscalização era ordinária, sem aviso-prévio. Não havia conluio de nenhuma natureza entre os serviços da assistência social e o ente contratado Pousada Garoa. E quero dizer mais, vereador, como depoimento aqui, já que eu sou testemunha, de fato, nós, da proteção social, precisamos desse perfil de serviço, claro que com qualidade, para poder abrigar 400 moradores de rua. Sem esse serviço, nós não temos abrigo para esse perfil de população. E aí eu quero dizer que nós somos gratos a existir esse serviço e que há um empresário que aceita correr o risco e trabalhar com essa população. Porque nenhum outro empresário, nenhuma outra obra de assistência social e nenhuma outra igreja aceita prestar, para nós, esses serviços.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu sempre peço que o senhor seja bem objetivo, e é claro que o senhor tem as suas opiniões e o direito a elas, é que a CPI precisa ter uma celeridade...

SR. LÉO VOIGT: Desculpe, desculpe.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mas houve... O senhor falou em alvará e que não havia alvará, mas também eu tenho aqui as matérias da imprensa, posso lhe passar depois as cópias e também aos membros da CPI ou a outros vereadores, enfim, de que havia alvará para as Pousadas Garoa, informando outro tipo de atividade, uma atividade de escritórios.

SR. LÉO VOIGT: Como não era exigido alvará, eu lamento, mas a notícia daí não procede, porque não era investigado o alvará. Agora, eram prédios, muitos deles, a grande maioria no Centro Histórico de Porto Alegre, igual aos demais prédios antigos do Centro de Porto Alegre e que eram, às vezes, de origem comercial e eram convertidos, sim, em unidades, em quartos individuais para o acolhimento de população.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mas o mesmo alvará da atividade antiga, é isso? Eventualmente.

SR. LÉO VOIGT: Bom, eu vou ter que declarar minha incompetência para tratar do tema.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Das 11 vítimas, Sr. Léo, das 11 vítimas fatais, 11 mortos do incêndio, 10 no dia 26 de abril, um no dia 6 de maio de 2024, dessas 11 vítimas fatais, quantos estavam sob responsabilidade do Município através da FASC?

SR. LÉO VOIGT: Também não sei o número exato, não posso declarar. Eu sei que seis, com certeza. Eu fui no enterro de seis, e eles eram da assistência social, e lá estavam os serviços de abordagem junto, acompanhando o féretro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Dos 11 falecidos, o senhor tem certeza que seis estavam sob o abrigo, sob a responsabilidade da FASC e do Município?

SR. LÉO VOIGT: População de rua.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Pessoas em situação de rua. E das 15 vítimas sobreviventes, quantas estavam sob a responsabilidade do Município através da FASC?

SR. LÉO VOIGT: Perdão...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Das 15 vítimas sobreviventes, porque há 11 que faleceram e há 15 que sobreviveram.

SR. LÉO VOIGT: Essa pergunta deverá ser feita à FASC, viu? Eles é... porque eles tratam esses dados com sigilo por obrigação profissional, ética profissional. Eu não tenho acesso a esses dados, nunca tive.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Quanto o Município pagava por mês para esse serviço, no início, no meio, no fim?

SR. LÉO VOIGT: No início da contratação, era R\$ 18,56 a diária. Posso estar errando no centavo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Depois, no meio e até o final?

SR. LÉO VOIGT: No final, eu não sei, porque não passava por mim esses contratos, essas autorizações, os pagamentos, não passava pela SMDS.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Há uma informação da imprensa de que, ao todo, o Município, através da FASC, gastou mais de R\$ 9 milhões no período inteiro.

SR. LÉO VOIGT: Inteiro, sim. Originalmente, era um contrato, na primeira licitação, era um contrato de R\$ 3 milhões/ano.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): R\$ 3 milhões/ano, no primeiro.

SR. LÉO VOIGT: Já vamos adiante, o senhor vê que eu sou meio laudatório, né? Presidente, sem dúvida, o mais alto custo *per capita* do Município de Porto Alegre, não só da assistência social, é a população de rua. Entre o número de população de rua e o volume de recursos, é o maior investimento *per capita* do orçamento público.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Qual é o tipo de fiscalização que era feito nas Pousadas Garoa?

SR. LÉO VOIGT: Das condições de habitabilidade e dignidade para residir. Era isso, e do ponto de vista da assistência social. Não era nem fiscalização de engenharia, nem de segurança do trabalho, nem do ponto de vista dos bombeiros, nem da construção civil, nada. Era da dignidade, limpeza, adequação.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): E nem das condições, digamos, dos extintores de incêndio.

SR. LÉO VOIGT: Embora fazia-se, porque está nos relatórios, está nos relatórios, um extintor vencido. Provavelmente, se não for acusado, o fiscal seria admoestado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O senhor sabe de alguém... Isso é gravado, o senhor é testemunha, nós temos tudo, todas as manifestações aqui dos senhores, dos vereadores, das vereadoras, gravados, então eventualmente há alguma pergunta. Claro que é um pouco mais delicada, mas ela tem que ser

feita e tem que ser respondida. O senhor sabe se alguém do Município intermediou essa contratação e, se intermediou, houve algum pagamento por isso?

SR. LÉO VOIGT: Não sei e não acredito que houve. Durante esses três anos e seis meses na Prefeitura de Porto Alegre, nunca houve nenhum ruído, nem no âmbito da FASC, embora muita fofoca e fantasia, nenhum ruído concreto, nem nada que procedesse. Os gestores eram probos e conhecidos pessoalmente, e o mesmo vale para a SMDS. Nós não tivemos problemas de natureza de facilitação, corrupção, algum tipo de beneficiamento ou mesmo de preferência.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Essa proibidade que o senhor refere de gestores, inclui os gestores da Garoa? Porque o proprietário da Garoa tinha processos inclusive por estelionato.

SR. LÉO VOIGT: Bom, se é para tratar do caso da Garoa, também eu me aprofundi um pouco nesse tema, temo ser demasiado. Posso prosseguir?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Só responda se o senhor tinha conhecimento disso, o Município tinha, que ele tinha já processo anterior por estelionato?

SR. LÉO VOIGT: Claro que sim, ele é um egresso do sistema penal. E ele no sistema penal, Presidente, resolveu estudar enquanto teve privação de liberdade. Jovem, cometeu uma bobagem financeira, um crime financeiro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É, estelionato.

SR. LÉO VOIGT: Estelionato. E foi preso e pagou totalmente a pena. Durante esse período, ele fez direito e, ao sair da prisão, esse rapaz que eu não conheço, não conheço, mas tenho o livro, não conheço, concluiu o curso de direito e, assim

que concluiu o curso de direito, ele se matriculou no pós-graduação de direitos humanos da Uniritter. Teve o melhor orientador de tese, o professor melhor orientador de tese em direitos humanos da universidade, ou entre as universidades, e justo fez a sua monografia de conclusão sobre o estigma da população de rua. Ele usou o público com quem ele trabalha para fazer a sua monografia. A monografia dele foi aprovada com nota máxima e foi transformada em livro. Há um livro feito por ele e que foi lançado em outubro passado na Bienal de São Paulo...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A CPI não duvida disso, apenas registra, o senhor fala em juventude, e a juventude é algo relativo. O Sr. Jair Krischke sabe que a juventude peronista deve ter uns 50 anos. O senhor fala em juventude, mas, em 2021, foi a última condenação do senhor proprietário das empresas Garoa. Em 2021, ele já estava contratado pelo Município.

SR. LÉO VOIGT: É, provavelmente, sim, as dadas coincidem.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Então, foram renovados os contratos com a pessoa. Não há juízo moral, apenas um registro de verdade. Há contrato com a pessoa condenada por estelionato, aí já, condenação de 2021. Só para fazer esse registro e perguntar se o senhor sabia disso.

SR. LÉO VOIGT: Não, não sabia que 2021 foi a última condenação. Sabia que era egresso do sistema penal.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu estou concluindo aqui. O local da tragédia, no portão de entrada, ele tinha corrente e cadeado?

SR. LÉO VOIGT: Não, os cadeados são individuais de cada residente. Ele ganha acesso a um quarto privado com cadeado, e a chave fica com ele. E ele tem a responsabilidade do saneamento, da limpeza e da organização do quarto

privado. As áreas comuns são responsabilidade da pousada. Muito embora as pessoas invadam esse espaço comum com demasia, em termos de usos, adaptações e gambiarras e coisas. Mas ele tem um cadeado privado. A porta não é cadeada, fechada, e também um pouco essa fantasia tem que se desfazer...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Qual porta? A porta do quarto ou a porta embaixo?

SR. LÉO VOIGT: A porta do quarto é chaveada, é dele, e ele tem a chave. É privado esse quarto, ele é livre no uso do quarto. Agora, a porta de acesso é uma porta livre, aberta...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A porta geral do prédio?

SR. LÉO VOIGT: E segundo eu soube...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não era fechada, a geral do prédio?

SR. LÉO VOIGT: Não, não era uma porta fechada. Por isso que uma pessoa conseguiu ingressar lá na madrugada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pessoas poderiam entrar ou sair em qualquer horário?

SR. LÉO VOIGT: Exatamente. Tanto que ingressou, lamentavelmente, alguém na madrugada, minutos antes do incêndio.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Então, não havia fechamento algum do prédio, segundo o seu relato?

SR. LÉO VOIGT: Na porta principal?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A principal.

SR. LÉO VOIGT: Na unidade da Farrapos não tinha.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E esses cadeados nos quartos não eram fechados por fora?

SR. LÉO VOIGT: E me disseram que na unidade... Eu soube que na unidade da Farrapos tinha porteiro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mas não havia fechamento por fora dos cadeados, dos quartos?

SR. LÉO VOIGT: É uma tramela. Onde eu vi, em todos os lugares que eu vi, nas fotos que eu vi dos relatórios, é uma tramela externa, né?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É uma tramela externa?

SR. LÉO VOIGT: É, com cadeado, uma tramelinha externa com cadeado. E por dentro ele fecha com a sua própria tramela e ele tem privacidade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Então são duas?

SR. LÉO VOIGT: Olha, onde eu vi, sim, ele tem tranca por dentro e ele tem o cadeado por fora, sim.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Então, pode ficar fechado por fora com o cadeado? É quase um cárcere privado? Se é fechado por fora?

SR. LÉO VOIGT: O cadeado é dele, o cadeado é privado dele, ele que cadeia.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mas se é fechado por fora?

SR. LÉO VOIGT: Claro, na hora que ele sai, quando ele vai para a rua, ele chaveia seu quarto e ninguém entra.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Entendi.

SR. LÉO VOIGT: Os usos do quarto eram trabalho, compreende? Usos de substâncias, descanso, privacidade, intimidade, dormir e guardar seus bens.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe agradeço, a presidência não tem mais perguntas. Passo de imediato ao relator.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Parabéns, Presidente, pelas pertinentes perguntas. Também tenho algumas anotações aqui. Para tentar ser mais objetivo nas respostas da testemunha, vou tentar agrupar algumas perguntas para a devolutiva ser mais objetiva também. Léo Voigt, qual era o seu envolvimento com a política de pessoas em situação de rua? Qual era o projeto da sua gestão para atender esse tipo de pessoa na cidade? E quais eram os serviços ofertados pela Prefeitura para essas pessoas?

SR. LÉO VOIGT: Bom, a minha responsabilidade era liderar politicamente a orientação da política e a integração das diferentes políticas do Município, a intersectorialidade. Além disso, tecer relações consistentes com a sociedade. Tanto que vim aqui na Câmara apresentar o projeto, fui na Brigada apresentar o projeto de atendimento e em toda a sociedade, na Federasul, na ACPA e em todas as organizações, apresentar o processo, liderar um processo de mobilização da cidade em favor da população de rua. A ideia original, já que a cidade tinha serviços relevantes reconhecidos, era também convocar a cidade

para que ela toda ajudasse a enfrentar esse problema. E sempre fomos maravilhosamente bem recebidos, compreendidos e tivemos adesões importantes. Então a minha tarefa era, em síntese, para dentro da Prefeitura garantir a transversalidade de pelo menos cinco diferentes serviços do Município, com reuniões quinzenais, tratando da estratégia, mas também tratando de casos individuais, e também de convocar a sociedade porto-alegrense a construir as mudanças se mobilizando no cuidado à população de rua. Trata-se de um tema de transversal complexidade e de individual determinação. Cada pessoa de rua tem uma determinação individual, por que ela foi para a rua. E portanto, se você não compreende por que ela está naquela circunstância de vulnerabilidade extrema, normalmente, a política tem menor, mais baixa eficácia. Então, esta era a tarefa. Segundo, a política do Município tinha cinco órgãos – tentando ir na direção da pergunta, se eu esquecer de algo...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E eu insisto que, de forma objetiva, Sr. Léo Voigt, por favor.

SR. LÉO VOIGT: A política... Para um cara discursivo como eu é difícil...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas se esforce, por favor.

SR. LÉO VOIGT: Estavam envolvidos no Plano Ação Rua, então, no Município.... O Plano Ação Rua, ele é um plano original da Prefeitura, de 2007, e ele era da FASC. E como ele era um plano reconhecido e de sucesso nacionalmente, nós o transformamos numa estratégia da cidade, transversalizando cinco diferentes políticas: a política da assistência social, a política da saúde, a Guarda Municipal, a EPTC, o DMLU e os cuidados com *pets* – a causa animal, a política da causa animal. E esses eram o núcleo, então, coordenador da política da assistência. No caso da assistência, se oferece, para a população em situação de rua de Porto Alegre, oito diferentes ofertas. Aqui a Câmara já ouviu eu falar isso cinco vezes. São oito diferentes ofertas. Sendo que a pousada, o quarto privado, que

é o que tem menor acompanhamento, o acompanhamento é mais distanciado, era a última oferta que se fazia. No entanto, era das oito ofertas a que tinha maior adesão da população. Compreende? Por quê? Porque o cara mantém os seus usos e os costumes, ou mantém a sua total autonomia, mas acessa um quarto privado. Então, em todas as demais políticas, nós trabalhávamos com uma centena de abrigados, uma centena e meia de abrigados. Na política do *hostel*, na política desse hotel privado, nós chegamos a ter quatrocentas pessoas que aderiram à política. São quatrocentos moradores de rua que saíram da circunstância das ruas. Não sei se faltou algo...

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Na sua avaliação, por que outras empresas não manifestavam interesse em participar da licitação, tendo em vista que apenas a Pousada Garoa participou da licitação?

SR. LÉO VOIGT: Pelo histórico, houve dois hotéis porto-alegrenses conhecidos – eu acho que eu tenho o nome aqui – e eles desistiram de trabalhar com essa população pelo extremo risco, e porque o processo de degradação e depredação era muito ordinário, era muito frequente. Temos que compreender, a população que está em circunstância de desordem pessoal e psíquica, isto, de alguma forma, se esparrama pelo ambiente, né? E, portanto, é uma população muito mais complexa, difícil de trabalhar, um custo mais elevado para fazer a manutenção da hospedagem, compreende? E eu acho que por isso desistiram, e apenas a Pousada Garoa se manteve.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Na sua condição de secretário, que a FASC estava no seu guarda-chuva, existiam habitualidades de reuniões de contratos com a FASC? E se tinham essa habitualidade, o contrato com a Pousada Garoa chegou a ser colocado em alguma reunião de vocês?

SR. LÉO VOIGT: Não, a FASC, nesse sentido, era totalmente autônoma. Não por vontade do governo, não por vontade do secretário, mas era uma

circunstância real da história da administração pública. Ela é gestora do SUAS e ela tem exclusividade e sigilo no trato das matérias do SUAS e não compartilha nem com o secretário, que era simbolicamente responsável pela FASC. E, nesse sentido, a FASC tem muita responsabilidade, é uma organização muito séria, muito proba e tem condições de responder todas as perguntas que forem formuladas nesta direção também.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Na sua condição de secretário, quantas vezes, e se esteve, na Pousada Garoa? Quando secretário. E qual foi a sua percepção, como secretário, não como fiscal de serviço, das condições da Pousada Garoa?

SR. LÉO VOIGT: Olha, eu nunca estive na Pousada Garoa até o incidente, porque eu nunca recebi nenhum tipo de comissão, reclamação, SEI, *e-mail* ou WhatsApp dizendo que isso precisaria ser fiscalizado. Queria dar, uma confirmação empírica disso, por exemplo: eu recebi muitas vezes, aqui da Câmara, reclamações de desatendimento à invasão Mirabal, ao grupo Mirabal. Eu estive seis vezes, tecnicamente, dentro da Mirabal, inclusive com o juiz do TRF4. Estivemos dentro. Então, o meu estilo era de, em recebendo a demanda, conferir pessoalmente e ir lá. E eu lamento, eu quero fazer um *mea-culpa*, aqui, público: eu nunca estive dentro da Pousada Garoa antes. Agora eu estou frequentando, com alguma regularidade, mas eu nunca estive dentro da Pousada Garoa.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Alguma vez, em alguma reunião, em conversa com alguns servidores, foi falado sobre rescindir esse contrato com a Pousada Garoa? E, na sua visão, qual seria a consequência da rescisão desse contrato?

SR. LÉO VOIGT: Nunca ouvi falar de rescisão, o que a gente ouvia é de que havia reclamações de agentes dentro da FASC – de agentes, de pessoas. Nunca

se falou em rescindir contrato, porque mesmo as pessoas que, de alguma forma, diziam que havia uma insuficiência no serviço, ninguém queria a rescisão desse contrato porque ninguém queria se responsabilizar por colocar 400 pessoas na rua no dia seguinte, que, se eu não me engano, e aí quero pedir a devida vênia – não é? –, posso estar desinformado, deixei de ser secretário, foi interrompido esse contrato. Onde é que colocaram essas 350 pessoas? (Pausa.) Essa pergunta fica como pauta para os próximos entrevistados aqui.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Durante a sua gestão, dentro das pousadas em que a Prefeitura tinha contrato, teve algum outro incidente de incêndio ou que tenha deixado alguma das pessoas feridas, isso chegou ao seu conhecimento? E qual foi a causa?

SR. LÉO VOIGT: Não. Embora na população de rua confrontos, violência eram muito frequentes, mas eram casos individuais. Dentro de equipamentos não tivemos nenhum caso grave, não obstante, é importante dizer e reconhecer que esses equipamentos funcionam muito bem, mas disparam casos de tensões localizadas a todo instante. É uma população com sofrimentos diversos, compreende? E isso sempre é, com grande talento, pelas equipes, contornado. Não conheci nenhum caso ou outro de qualquer natureza, não lembro. Tivemos um incêndio lá perto do aeroporto de uma casa privada, morreram quatro pessoas, foi nos dois primeiros meses de governo, mas foi numa casa privada e aí o serviço de assistência foi atendê-los. Só isso.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Para encerrar aqui e dar oportunidade para os demais colegas, numa das respostas ao Presidente, o senhor citou que uma pessoa que não era da pousada ingressou na pousada na noite do incêndio. O que o senhor sabe mais sobre esse acontecimento? Porque deveria ter um controle das pessoas que acessavam a pousada, deveriam ser apenas as pessoas que têm contrato com a Prefeitura ou contrato diretamente com a pousada.

SR. LÉO VOIGT: Então, não era exigido no contrato porteiro. O que, numa nova medida, a partir de hoje, fica claro que precisaria ter portaria e identificação das pessoas que entram. A pousada... Uma pessoa estranha entrou na pousada e logo a seguir saiu e, em menos de cinco minutos, depois, aparece o clarão, aparece nas fotos o incêndio. Então, tudo indica que daí não se trata de uma tragédia, porque uma tragédia é algo que ocorre sem o concurso da participação humana e por isso que eu estou usando o conceito de infortúnio, porque infortúnio tem participação humana, e estamos convencidos de que é o caso.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Presidente, obrigado. Por hora, essas são as minhas perguntas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Vereador-Relator. Eu tenho dois inscritos já, que são os vereadores Ramiro Rosário e o Gilvani o Gringo, mas eu ofereço antes ao vice-presidente, Ver. Rafael Fleck, por uma questão nossa regimental, a palavra para a pergunta.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Presidente, são apenas quatro perguntas. Bom dia, Léo.

SR. LÉO VOIGT: Bom dia.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): O senhor referiu sobre os extintores ali, então só para esclarecer. A fiscalização dos extintores não seria competência dos bombeiros?

SR. LÉO VOIGT: Sim, sim, sim. O que me chama a atenção é que ao ler as fiscalizações tem apontamentos de extintores, assistentes sociais fazendo apontamentos de extintores, dizendo que o prazo estava vencido, isso está lá.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): O senhor tem conhecimento se a Pousada Garoa contratava com outros entes públicos?

SR. LÉO VOIGT: Sim, a Pousada Garoa teve, entre 2020 e 2024, cinco contratos com grandes organizações porto-alegrenses e gaúchas. Eu não sei se é o caso, mas cinco grandes organizações usavam, e não era para populações vulneráveis. Duas usavam para hospedar pacientes, uma... E duas tinham contrato para hospedar estudantes, no caso do Hospital Conceição, já que esse foi revelado publicamente, vou declinar o nome, é para estudantes residentes de medicina para a Pousada Garoa. Portanto, se as condições da Garoa eram tão degradadas, essas organizações teriam contratado para colocar os seus estudantes ali dentro? Por isso que eu acho que é importante nós discriminarmos aqui, Ver. Fleck, aquelas que estavam de fato muito comprometidas e que aparecem, Presidente, claramente no relatório, bastante comprometidas e degradadas com infiltrações, eu acho que é o problema mais grave, tem fotos de infiltrações importantes, das demais unidades que são absolutamente capazes de receber população de vários contratos, não só da assistência social. E quero testemunhar, já que é perguntado, a pousada que eu frequento, porque dou esse monitoramento a um ex-estudante da UFRGS que está ali abrigado, ela tem condições absolutamente adequadas, a única coisa que deveria ser retirada de lá são os refrigeradores, porque o uso que é feito deles é totalmente sem gestão, é inadequado, alimentos estão lá abandonados. Compreende?

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): O senhor saberia informar se existe essa política em outros estados e municípios, a política de abrigagem, de hospedagem em pousadas?

SR. LÉO VOIGT: Não sei informar.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): E, para finalizar, Presidente, o senhor tem conhecimento se a Pousada Garoa recebia hóspedes da Polícia Civil quando encontrava trabalho análogo à escravidão?

SR. LÉO VOIGT: Não. Das cinco organizações, vou dizer, são dois hospitais, uma organização das Nações Unidas, uma organização da rede de assistência social privada, que é modelo para todos nós na cidade, e a quinta é... Agora eu me perdi aqui nas contas. Essas organizações, não consta a Polícia Civil aí, eu não sabia que a Polícia Civil tem contrato, não tá aqui no meu relatório e na minha investigação.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Rafael Fleck. Passo, de imediato, ao Ver. Ramiro Rosário e peço que V. Exa. se dirija aqui ao microfone de apartes, o limite, nas perguntas, é o tempo de três minutos. Não conta nesse tempo, obviamente, cada resposta ou, se quiser fazer todas juntas, fique à vontade.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito. Muito obrigado, Presidente. Bem-vindo, secretário Léo. Léo “Vóigt” ou Léo “Vôigt”?

SR. LÉO VOIGT: Como quiser.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Como quiser, está bom.

SR. LÉO VOIGT: É, na realidade, é “Foigt”. Mas vamos dispensar essa pronúncia.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Secretário, o senhor foi muito celebrado, quando foi indicado à Secretaria de Desenvolvimento Social, porque era considerado um cientista social. Está certo?

SR. LÉO VOIGT: Não, eu não era considerado; a minha formação é de cientista social. Eu sou sociólogo, sou sociólogo e meu mestrado é em ciência política.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito. Qual é a principal atividade sua enquanto secretário de Desenvolvimento Social, de forma sucinta, mas que possa exemplificar aqui as suas atividades à frente da secretaria?

SR. LÉO VOIGT: Coordenar a política de direitos humanos, a política de pessoas com deficiência, a política de segurança alimentar e coordenar o atendimento da SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ela foi transformada em loja de atendimento para a população por demandas em geral, que ingressavam através da loja do Cine Avenida e drenar para o interior dos serviços. Além disso, eu tinha a tarefa de coordenar a estratégia Ação Rua.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Eu vou esclarecer aqui, eu acho que fica bom, Presidente, para que nós possamos auxiliar o secretário Léo Voigt.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Fique à vontade, vereador.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Na verdade, a sua responsabilidade era definir, articular e executar as políticas de preservação e ampliação de ações dirigidas aos direitos humanos, de forma *lato sensu*; coordenar e controlar políticas públicas voltadas à mulher, igualdade social, diversidade social, dos idosos e uma infinidade aqui de categorias sociais, se pudermos chamar assim – o senhor pode me corrigir, como cientista da área –; formular, coordenar, fiscalizar, planejar e controlar políticas públicas municipais voltadas à acessibilidade e inclusão social; formular, coordenar, fiscalizar, planejar e

controlar políticas públicas municipais voltadas à promoção do trabalho, emprego e renda e também supervisionar os serviços prestados pela FASC, está correto?

SR. LÉO VOIGT: Está correto.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito. Na sua gestão, enquanto secretário, o senhor esteve à frente da secretaria com essas funções aqui e qual o período, secretário Léo Voigt?

SR. LÉO VOIGT: O período?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Período.

SR. LÉO VOIGT: Do primeiro dia do governo, dia 1º de janeiro de 2021 até 8 de maio, quando eu pedi demissão.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Três anos?

SR. LÉO VOIGT: É, três anos e cinco meses.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Três anos e cinco meses. Ao longo desse período de três anos e cinco meses, quantos presidentes a FASC teve?

SR. LÉO VOIGT: Três.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Três presidentes. Quais foram eles?

SR. LÉO VOIGT: Cátia Lara, Coronel André e o Cristiano Roratto.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E o Cristiano Roratto. Tiago Simon chegou a ser?

SR. LÉO VOIGT: Não. Ah, chegou a ser, é verdade. Sessenta dias. Quatro, e o Tiago Simon, bem corrigido.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Então, ao longo da sua gestão na Secretaria de Desenvolvimento Social, foram quatro presidentes da FASC.

SR. LÉO VOIGT: Isso.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Mas as políticas permaneceram as mesmas, correto?

SR. LÉO VOIGT: É. A FASC é que nem a Secretaria de Saúde, tem voo constante.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Sim, mas essas políticas aqui relacionadas ao atendimento das pessoas à assistência social, o senhor como um cientista da área e uma pessoa também que gosta de ir a campo, é um executor também, fiscaliza, o senhor obviamente manteve as políticas da FASC, mesmo que tivéssemos ali a mudança quatro vezes da presidência. Correto?

SR. LÉO VOIGT: Eu creio que dá para dizer sim. Sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito. O senhor... Eu tive a oportunidade, inclusive, de algumas vezes, junto ao senhor, fazer algumas ações, algumas vistorias em equipamentos da FASC. O senhor lembra disso?

SR. LÉO VOIGT: Claro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Por exemplo, no Centro POP III, lá na Av. França, estivemos em conjunto lá fazendo uma vistoria, junto com outros órgãos da Prefeitura. Naquela oportunidade, o senhor lembra que o senhor disse que conhecia muito bem o trabalho prestado por aquela entidade, aquela ONG, à frente do Centro POP III?

SR. LÉO VOIGT: Sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E o senhor, inclusive, disse que eles prestavam um bom serviço naquele local. Correto?

SR. LÉO VOIGT: Sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Qual era o nome daquela ONG?

SR. LÉO VOIGT: É Ilê Mulher.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Desculpe, não entendi.

SR. LÉO VOIGT: Ilê Mulher.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Ilê Mulher, ONG na qual o senhor disse que estava prestando um bom serviço naquele Centro POP III. Correto?

SR. LÉO VOIGT: Sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): A mesma coisa aconteceu... O senhor pode me lembrar o nome do equipamento? Acho que foi ali na Gaspar Martins. Era um padre, até, se não me engano, que era o gestor, correto?

SR. LÉO VOIGT: Ali na Gaspar Martins é o Centro POP, é o Roque, a Fundação Solidariedade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Isso vai parecer uma deselegância, mas eu peço que o Ver. Ramiro tente ser mais sucinto.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Mais sucinto? Certo. Então, ali, tanto no Centro POP III, quanto no Acolher e nos outros Centros POP, o senhor conhecia o trabalho, fiscalizava o trabalho, se relacionava também com os gestores?

SR. LÉO VOIGT: Fiscalizava, não, mas eu tinha contato direto e, quando recebia algum tipo de demanda, conversava com eles. Nesse sentido, até passava um pouco por cima dos serviços técnicos. Sim, é verdade, vereador.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito. Houve um incêndio numa Pousada Garoa anterior a esta da Avenida Farrapos?

SR. LÉO VOIGT: É, na da Riachuelo, né...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Na Riachuelo?

SR. LÉO VOIGT: Eu acho que é Riachuelo, eu posso estar enganado?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Sei, na Rua Garibaldi, talvez?

SR. LÉO VOIGT: Ah, tal... Eu não sei, eu achei que era na Riachuelo.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Em que ano que foi aquele incêndio?

SR. LÉO VOIGT: Não sei, não lembro, mas dois ou três anos antes, né, da pousada aqui da Farrapos.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Então o senhor estava na gestão, enquanto secretário, quando houve o incêndio?

SR. LÉO VOIGT: Não, não, foi antes de eu ser secretário.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Mas o senhor sabia desse incêndio?

SR. LÉO VOIGT: Sabia, acompanhei aquele caso, sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E quais foram as medidas que o senhor, enquanto secretário, tomou para, inclusive, fazer com que se tivesse maior fiscalização ou prevenção? Até na sua fala inicial, é importante colocar, secretário Léo Voigt, o senhor disse que é humanamente impossível a máquina pública, a fiscalização é insuficiente. Acho que é importante pontuar isso. Quais foram as medidas que o senhor, enquanto secretário, que coordena, planeja, executa dentro desta área das políticas de assistência social, quais foram as medidas que o senhor tomou para aprimorar a fiscalização dentro desses órgãos?

SR. LÉO VOIGT: Bom, em primeiro lugar, o incêndio na primeira pousada foi um incêndio criminoso e uma vingança de uma pessoa física contra outra pessoa física, e a vítima não era do sistema de assistência social. Segundo, eu não tinha a gestão do contrato e a gestão do equipamento, então, não me cabia isso. Agora, o nosso trabalho era fortalecer as políticas, ampliar a rede de atendimento, qualificar e acompanhar, é isso.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Mas ampliar o trabalho de fiscalização em cima dessas políticas estava nas suas prerrogativas, correto?

SR. LÉO VOIGT: Não, não, isso é uma atribuição da FASC. A fiscalização é uma atribuição da FASC.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Mas o senhor poderia e deveria cobrar da FASC maior fiscalização.

SR. LÉO VOIGT: Eu poderia pedir, sim, eu poderia pedir.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E o senhor chegou a pedir?

SR. LÉO VOIGT: Não, nunca pedi.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Por que não pediu?

SR. LÉO VOIGT: Porque isso é um *post factum*, quer dizer, por que é que não alteraram a curva Tamburello antes do acidente, já que ela era perigosa? Por que não interditaram o fumo antes do acidente de Orly? Isso é um *post factum*, todo mundo sabe a solução que precisa ser adotada depois de o fato ter acontecido

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Só uma questão de ordem, Ver. Ramiro...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Por favor.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu já estava controlando o tempo da sua pergunta.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Vamos finalizar então.

SR. LÉO VOIGT: Hoje, vereador, eu colocaria porteiro lá.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Perfeito.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Léo Voigt, perdão, só para indicar, são quatro minutos já.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Vamos lá. Em 29 de abril de 2024, o senhor esteve aqui para falar sobre a Pousada Garoa após o incêndio?

SR. LÉO VOIGT: É, eu estive.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Quem mais acompanhou o senhor?

SR. LÉO VOIGT: Estava comigo o coronel Evaldo. Eu e o coronel Evaldo viemos aqui atender à Câmara.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): O senhor e o coronel Evaldo, que era?

SR. LÉO VOIGT: Que era o líder da Defesa Civil, coordenador...

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Da Defesa Civil. Vocês vieram então falar aqui sobre a Pousada Garoa, o senhor e o coordenador da Defesa Civil. E o presidente da FASC veio?

SR. LÉO VOIGT: Não foi convocado, né?

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Não foi convocado. E por que não trouxeram ele, porque ele não... Já que ele seria diretamente responsável?

SR. LÉO VOIGT: Isso não está no meu domínio. Não sei responder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Não está no seu domínio. Naquela oportunidade, secretário Léo Voigt, o senhor...

SR. LÉO VOIGT: Várias vezes eu não fui convidado, viu, vereador, e eu gostaria de ter sido convidado. E não fui, tá? Porque quem tinha maiores prerrogativas para esclarecer os fatos era eu e não me chamaram.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Para concluir, relator e Presidente, naquela oportunidade, o senhor foi apresentado aqui, inclusive, pelo Mestre de Cerimônias, pelo seu comparecimento para abordar a política de assistência da Prefeitura e sobre as medidas adotadas pelo Município frente à tragédia ocorrida em virtude do incêndio ocorrido na Pousada Garoa. Na sua fala, o senhor disse, e aqui está a transcrição da fala do secretário Léo Voigt, feita pela nossa equipe aqui da Câmara de Vereadores, o senhor disse o seguinte, Presidente (Lê.): “Quero concluir dizendo o seguinte: a nossa responsabilidade é relevante, porque nós, quando chegamos no governo... Quero dizer isso para todos os companheiros aqui da Câmara, todos os vereadores, sejam da base, sejam os amigos da oposição, pois objetivamente, quando nós chegamos no governo, sob a minha liderança, nós mantivemos todos os serviços, todos os métodos de trabalho e todos os contratos existentes na assistência social de Porto Alegre, e fortalecemos, ampliamos e os desenvolvemos.” Depois, ainda foi aberta uma nova sessão extraordinária, porque aquela sua fala aqui foi muito relevante, depois, o senhor, quando questionado novamente, o senhor disse o seguinte (Lê.): “Bom, a Ver.^a [Karen Santos] insiste que nós temos responsabilidade. Sim, de fato, isso é assim: o síndico faz uma obra no condomínio, ele é criticado pelos moradores; aquele que nunca assume a gestão do condomínio, ele nunca vai ser criticado. Só ocorre o risco que eu corri humanamente de botar o meu currículo nesse acidente, depois de trabalhar 50 anos pela defesa, a garantia e

proteção social, com a defesa de direitos.” Essa sua fala, aqui, o senhor considera que essa tragédia entrou no seu currículo?

SR. LÉO VOIGT: Olha, eu tenho, lhe confesso aqui, vereador... Primeiro quero lhe agradecer por repetir as minhas palavras.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Sem dúvida, são muito pertinentes.

SR. LÉO VOIGT: Eu, às vezes, me pego até pensando, eu gostaria de ter superpoderes para poder evitar isso. E os superpoderes seriam: ter controle total da máquina, ter uso total dos serviços e, se possível, prever o futuro, ter uma capacidade de prever o futuro. Aí, eu chego a ter essa fantasia, mas eu sou um cara com limitações como qualquer outro ser humano.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Perfeito. Ver. Ramiro, por gentileza, só para encaminhar.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Ainda assim, para concluir, então, Presidente, a última fala também aqui do próprio secretário Léo Voigt. O senhor disse o seguinte: “Eu sempre trabalhei em torno das causas públicas, inclusive quando tive atividade privada, que foi de professor, foi ensinar alunos a trabalhar na causa pública. Então, esse ônus [aqui, no caso, o incêndio da pousada Garoa] eu assumo e levo comigo.” Por que o senhor disse isso?

SR. LÉO VOIGT: Olha, porque, de fato, tem 11 mortos, e nós poderíamos, de alguma forma, não ter isso acontecido. Lamentavelmente, alguém foi lá... Se alguém vai, em qualquer equipamento, e botar fogo, não há o que fazer, né? E fica esse ônus para nós.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): E o senhor assume, então, que esse ônus é seu como...

SR. LÉO VOIGT: Se tiver um ônus político, não tem problema. Eu tenho serviços prestados suficientes para dizer que eu suporto isso e vou continuar trabalhando pela causa pública, como sempre o fiz. Isso não vai me acovardar, não vai me retirar da prestação do conjunto de serviços que presto. Hoje, sou consultor da UNESCO, já no segundo contrato, prestando serviços agora de caráter nacional.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Acho que já foi respondido. Eu agradeço ao Ver. Ramiro Rosário, agradeço também à testemunha e lembro que nós, como é o primeiro depoimento, mas houve uma passagem de tempo que se justifica, face à importância do tema, mas que nós gostaríamos que não ocorresse, para que todos tivessem a oportunidade, sem querer ser deselegante com S. Exa., o vereador, e nem com a testemunha. Nós temos, relator, agora o último inscrito, que é o Ver. Gilvani o Gringo. Por favor, com a palavra, três minutos. Pode fazer tudo junto ou pode fazer também intercalado, vereador, guardando na sua memória que são três minutos da sua pergunta ou as perguntas.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Presidente, como o Ver. Ramiro Rosário extrapolou o tempo que nós tínhamos combinado, fiz o cronômetro aqui, deu seis minutos em que o vereador fez pergunta. Então, acho que fica justo para que todos os vereadores hoje também possam fazer valer até seis minutos, para que fique igual para todos. Lembrando que o plano de trabalho fala em três minutos, mas, como o vereador passou, acho que fica justo para os outros também.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Houve o atraso, eu acato a ideia, por justiça, para o dia de hoje. Pois não, Ver. Gilvani o Gringo.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Bom dia a todos, bom dia, secretário. Eu acredito que a gente tem que olhar para frente, e é lamentável

as vidas que partiram, mas a gente tem que fazer aquele olhar de futuro e fazer uma análise de consequência. Quais as ações, hoje, que estão sendo tomadas, eu digo relacionada a condicionantes, a esses prestadores de serviço que acomodam essas vidas? Eu falo que a nossa vida é regrada em todos os sentidos. Acho que aí cabe muito um alinhamento, além de todas as questões que envolvem certidão quando as pessoas têm a faturar. Mas eu digo: um acompanhamento de uma certidão com o responsável técnico, engenheiro, relacionado ao PPCI, que traga uma íntegra no que se relaciona à proteção contra incêndio, contra queda, contra uma infinidade de coisas que não envolvem somente a questão de risco a vidas. Não é só a questão contra risco a incêndio. Eu também... Isso é importante trabalhar isso aí numa regra extrema para dar garantia. A segunda situação, eu falo que dinheiro, o recurso que o governo emprega, essa dedicação, esse capricho, e nessa causa tão extrema, a gente tem que fazer valer, então começa por aí. Segundo ponto, trabalhar um alinhamento de condicionantes também a quem vá utilizar esse serviço. Porque se as pessoas, eu tenho informações, eu já trabalhei, inclusive vou fazer um trabalho de fiscalização em cima desse serviço aí, poucos têm coragem de ir lá botar a cara no problema e enfrentar seja o que for que estiver lá dentro. Mas eu digo assim: ah, essas pessoas. Eu digo: a gente, um trabalhador, quando ele precisa ter uma habilitação, ele tem que ter um exame toxicológico, né, só um exemplo que eu estou dando. Eu digo, o que essas pessoas recebem nesse alinhamento para elas poderem utilizar esse espaço? Esse recurso que vem da mão de trabalhadores é um dinheiro público, ele tem que ser valorizado e ele tem que ser bem empregado. “Ah, mas a pessoa tem problema com droga.” Se ela tem problema com droga, ela vai passar por uma triagem e vai receber o tratamento para ela poder utilizar aquele espaço. Não incentivar situações negativas – torno a dizer – com o dinheiro que é do povo. Então, é importante esse alinhamento. Outra questão também que eu falo, um trabalho educacional. As pessoas, quando estão em situação extrema, elas passaram por crise, elas vêm de, tem pessoas que são de outros países, vêm de situações em que elas estão até perdidas, elas perderam a noção, né, eu vou falar da vida, vamos dizer,

é importante um alinhamento, um trabalho de educação. Eu digo em vários sentidos, eu digo a questão de capricho, a questão de orientação sobre a cidade, sobre o que governo pensa, num trabalho amplo aí para fazer valer, tipo, essas pessoas receberem esse serviço e elas estarem bem amparadas num trabalho de educação nesse sentido todo que eu estou falando. Mas eu lhe pergunto, assim, tem hoje, tem hoje algo sendo feito nesse sentido, olhando para o futuro? O que está sendo feito nessas questões que eu lhe falei aí?

SR. LÉO VOIGT: Bem, obrigado, vereador, e quero dizer que estou totalmente alinhado com as suas palavras, sua indignação e suas proposições. Vamos uma a uma rapidamente... Bom, eu estou informado – porque eu saí do governo, não tenho mais a gestão – que estão buscando uma substituição em uma nova forma de acolhimento dessa população em abrigamentos individuais, mediante *voucher* e não mais contratação de grandes equipamentos. Isso é uma tentativa, uma inovação, e vamos ver que tipo de monitoramento e acompanhamento se vem a ter, e os riscos que terá decorrentes, porque a população, ela é de risco. Segundo, está claro que precisa de uma legislação específica para isso, né, um regramento muito mais detalhado, porque não está previsto o suficiente em todos os cuidados de assistência social autônoma, se a gente olhar o contrato, o contrato tem um monte de cláusulas, né, não estão previstas e não estão asseguradas todas as coisas que protejam de circunstâncias como essa, né. Eu insisto em dizer, quer dizer, qualquer prédio aqui no Centro Histórico, se uma pessoa vai lá botar fogo, ele vai pegar fogo, compreende? Insisto em dizer isso. Então, nós temos que diminuir o risco. Uma nova legislação será necessária, e a Câmara pode contribuir com isso, né. Eu proponho claramente a retomada do sistema de abrigamento, pode ser com esse prestador de serviço, com outro, claro que mediante o conjunto já imediato de novas medidas em ampliar a fiscalização, aprofundar os critérios e estabelecer portaria, porque, em havendo portaria e controle de ingressos, é necessário que dois internamente briguem para que haja algum tipo de confusão lá. Sobre as condicionantes, elas existem, vereador, a pessoa que acessa como oitava oferta do poder público ao ingresso

na pousada, né, ele tem a obrigação de se submeter ao controle dos serviços de abordagem. Nós temos nove ONGs contratadas que cuidam das doze regiões da cidade, da assistência social. Então, o cara da pousada, da Farrapos, ele era vinculado à Aicas, então, ele tem que se submeter à orientação, acompanhamento da Aicas pessoalmente e seguir as orientações que a Aicas dá, que cumprem o SUAS, cumprem a política de assistência social. Além disso, ele tem obrigações de cuidado interno com a pousada. Agora, vereador, é verdade que isso nem sempre acontecia. Essa população evade, ela é inconstante, nós não sabemos, não podemos dizer nunca quantos estavam naquela noite dormindo ali, porque muitos têm o quarto, usam como um certo depósito, mas são infrequentes no uso do quarto, porque usam as ruas para suas atividades pessoais, cada um nas suas escolhas. Então, existem condicionantes...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Léo Voigt, peço que seja bem objetivo.

SR. LÉO VOIGT: Última frase.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Gilvani, também seu tempo de três minutos passou, mas não impede que o senhor conclua, mas seja bem objetivo, por gentileza.

SR. LÉO VOIGT: Vereador, é o seguinte: quando a gente aproxima a lente, a gente aprende com esse pessoal. Se nós fizermos muitas condicionantes, a população não vai aderir a essa política, porque se ela estivesse em condições de obedecer regras, ela não estaria na rua.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O vereador quer concluir?

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Eu resumo aqui. Pelo que eu entendi, é importante um alinhamento, uma nova legislação, convidar os vereadores a votar uma análise profunda em cima disso, até vou me propor a escrever isso aí. E assim, quem não está, não tem consciência, não está apto a atender uma regra, o governo tem que adotar outras medidas. Uma coisa que eu falo para o senhor...

SR. LÉO VOIGT: Poderá ir para abrigo, abrigo é mais controlado.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Exatamente. O recurso do governo está aí, o governo dispõe e ele tem que se fazer valer e se fazer valer com qualidade. Eu vou escrever esse alinhamento de regras, vou apresentar aqui na Câmara, e peço a todos os vereadores que... Eu acho que assim, a gente tem que apertar em cima disso. Foram vidas que se foram, não é um poste que caiu, que quase levou alguém, mas foram vidas que partiram, é uma questão extrema. Isso aí merece uma atenção forte em cima. Então vou fazer um alinhamento e apresentar aqui na Câmara dos Vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSL): Obrigado, Ver. Gilvani o Gringo. Eu tenho a inscrição de Ver. Erick Dênil, e peço que fique restrito aos três minutos. Podem ser feitas as perguntas num primeiro momento, ou em seguida, mas, no conjunto, que atinjam três minutos, no limite. Ver. Erick Dênil, por sinal membro da comissão, por óbvio, e já registro a presença também, que não tinha feito.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Obrigado, Presidente. Primeiro, bom dia a todos; bom dia, Pedro Ruas; bom dia aos colegas vereadores e a todos que nos acompanham. O primeiro caso de incêndio na Pousada Garoa que eu tive acesso foi em novembro de 2022. Teve um óbito, havia 40 pessoas na Pousada Garoa e 16 vagas do Município. O óbito não estava na vaga comprada pela Prefeitura, mas a gente sabe que o fogo não escolhe o quarto que ele vai atingir, e poderia ser, de fato, alguém de uma compra da vaga da Prefeitura. Em março

de 2022, a princípio, o Léo Voigt foi nomeado secretário da Prefeitura, portanto, no incêndio de 2022, ele já era secretário do Município, no incêndio que aconteceu na Jerônimo Coelho, infelizmente teve um óbito. Posterior a isso, de acordo com os relatórios técnicos da Prefeitura – citados em reportagens, inclusive da Folha de São Paulo –, a administração já estava ciente dos riscos da Pousada Garoa antes do ocorrido. Aí fica a pergunta para o secretário: quais medidas concretas foram tomadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social para diminuir esses riscos e garantir a segurança dos residentes? Essa é primeira pergunta.

O incêndio ocorreu dia 26 de abril de 2024, no dia 7 de maio, 11 dias depois, o secretário decidiu tirar férias e deu a seguinte declaração no jornal (Lê.): “Viajarei amanhã ao Exterior. O plano construído há um ano se revelou impostergável, apesar das emergências todas”. Ora, o incêndio vitimou mais de uma dezena de pessoas, no dia 7 de maio já havia enchente na cidade de Porto Alegre, o senhor não achou justo a função de repensar a viagem e auxiliar nos esclarecimentos do fato da época? Não sei se ficou claro.

SR. LÉO VOIGT: Muito claro.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): E, por fim, a terceira pergunta, e se quiser que eu repita, eu posso repetir para que possa anotar todas e responder todas, o secretário afirmou que a secretaria não fiscalizava as partes que eram de responsabilidade dos bombeiros, que fiscalizava apenas se havia condições dignas para serem habitadas. Eu gostaria de saber quais são os critérios de dignidade da Secretaria de Desenvolvimento Social. Porque nós tivemos acesso às imagens, Presidente, de denúncias feitas lá em 2022, essas imagens inclusive estão sendo mostradas no telão, aqui da Câmara de Vereadores. (Procede à apresentação de imagens.) A Secretaria de Desenvolvimento Social considera que essas são as condições dignas, então, de a população em situação de rua viver: um ambiente insalubre, um ambiente com insetos, um ambiente sem ventilador, um ambiente sem segurança? A minha pergunta que fica agora, em

2025, e foi falado para o senhor aqui no início da CPI, o senhor na situação de testemunha: o senhor segue sustentando a opinião de que essas pessoas, segundo seus critérios, ainda vivem com dignidade? E, por fim, a gente sabe que, em 2023, foi renovado o contrato da Pousada Garoa por mais de R\$ 2,7 milhões; depois do incêndio de 2022. Ou seja, o senhor já era secretário, já sabia de todos os fatos, sabia de todos os riscos. E a pergunta que fica hoje, em 2025: o senhor considera que as condições de moradia e de habitação dessas pessoas em situação de rua, seguem de maneira digna?

SR. LÉO VOIGT: Está bem, na pousada...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Erick Dênil.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Na Pousada Garoa.

SR. LÉO VOIGT: Bom, as medidas são as seguintes. A política da assistência social, então, acompanha, ordinariamente, pelo serviço de abordagem, a população, as pessoas, e, pela fiscalização da FASC, a pousada. Todos os relatórios estão em dia, todos os relatórios estão assinados, todos os relatórios foram realizados, todas as recomendações feitas e as anteriores foram atendidas. Então, essas medidas, no âmbito do acompanhamento da política da assistência social, elas foram executadas e não há nenhuma falha, não há nenhum apontamento que a gente possa fazer. Se eu tenho plena consciência, o senhor pergunta o tempo todo, dos riscos, né? Se nós tivéssemos plena consciência, imaginássemos as coisas previamente, talvez tivéssemos tomado outras medidas. Mas eu insisto: são 2 mil abrigamentos contratados para a população de Porto Alegre – não só de rua, né? –, e todas elas têm a sua dinâmica, os seus executivos, os seus trabalhadores, a sua fiscalização. Eu acho que tem uma confusão aqui entre o incêndio da Garoa e o primeiro incêndio, que foi ali no que eu chamo... A Riachuelo, em outro local, né. Aquilo não nos diz respeito, porque aquilo foi um caso privado que não diz respeito... Alguém foi lá

e botou fogo no colchão do cara, e queimou ele, e aí pegou fogo na pousada, aí é um problema de ordem policial e é um problema de ordem privada.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Mas, dentro disso, só uma observação, Presidente Pedro Ruas, para aproveitar: eram 40 vagas, e 16 vagas eram do Município.

SR. LÉO VOIGT: Isso na da Farrapos...

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Não, na Jerônimo Coelho, em 2022. Desculpa, vou discordar do senhor, mas esse espaço é um espaço que tem, portanto, 40 pessoas, 16 vagas do Município, e isso não requer nenhum tipo... Apenas de interesse particular. Isso aqui tem interesse público, porque 16 vagas eram no Município. Então a sua resposta, na minha opinião, ela não é contundente, porque a responsabilidade é do poder público. Quarenta pessoas, onze vagas no Município, portanto, o espaço é o mesmo.

SR. LÉO VOIGT: Olha, o cuidado com a população e com o espaço como ele é habitado nós temos; quem controla o incêndio não é a aptidão da assistência social, não há como nós interferir isso, não é nem legalmente de nossa competência. Sobre a minha viagem, isso não tem nada a ver com a pousada, isso tem a ver com a enchente, são coisas diferentes, né? E foi uma escolha privada que eu esclareci publicamente, que eu não tinha condições de tomar outra decisão. Era um assunto de ordem privada, tem um documento escrito explicando, sem aprofundar demais pessoalmente os temas pessoais, e que eu distribuí amplamente explicando dessa decisão. É uma decisão pessoal que eu precisei tomar e da qual eu tenho que arcar com as responsabilidades e não me arrependo. Eu precisei realizar isso. Passei a vida toda priorizando o trabalho, finalmente havia um momento que não deu para priorizar o trabalho, essa foi a minha decisão. Com relação às denúncias e às condições indignas da pousada, eu examinei esse relatório que é feito pela minha secretaria detalhadamente.

Uma boa parte dos problemas ali apontados diz respeito ao tipo de uso que é feito do espaço. Na minha opinião, o que realmente, o que está no relatório, é grave e é responsabilidade da pousada são as infiltrações. Dos 22 equipamentos que havia uso por população da assistência social, nós temos dois ou três que tinham infiltração de umidade importante – não é – importante, numa delas, na área comum, chegava a ter alagamento, compreende, e isso requeria, sim, uma providência imediata ou, portanto, exigia multa e/ou até interdição, interdição parcial ou interdição total. Me parece que esse é o elemento de responsabilidade do prestador de serviço; os demais elementos que são bastante eloquentes nas fotos, eles decorrem do tipo de ocupação que é feita por esses espaços. Gambiarras é uma prática muito frequente nesses ambientes e por essa população, o acúmulo de lixo não é lixo, desculpe decepcioná-los, mas a reportagem da Zero Hora, inclusive, é fundamental para testemunhar isso, o que eles consideram lixo é material reciclado, é material de coleta.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Esse é um outro debate.

SR. LÉO VOIGT: E por fim, a questão ali de cozinhas, cozinhas inadequadas, o contrato da Prefeitura não prevê prestação de serviços de hotelaria, como cozinha, por exemplo. Prevê apenas a limpeza das áreas de uso comum e manutenção. A manutenção de infiltração em duas ou três unidades estava comprometida, era ruim, e todas as demais, quando havia uma inconformidade, eram apontadas e os relatórios dizem, vereador, que foram atendidas. Senão, medidas mais drásticas seriam tomadas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Por fim, para concluir.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Por fim, Presidente, para concluir, apresentar uma opinião contrária do secretário, por óbvio que são opiniões. A gente aqui na Câmara de Vereadores, se a gente tiver uma ligação às 23h da noite, em qualquer espaço de Porto Alegre, é a nossa responsabilidade atender

a população. Portanto, por mais que tivesse uma programação, há um ano, da sua viagem ao exterior, com mais de 10 mortes, 11 mortes no total, uma enchente que foi a maior na história de Porto Alegre, o senhor achar que a sua viagem, as suas férias são mais importantes do que atender a necessidade local, me demonstra um nível de irresponsabilidade significativa. Discordo completamente da sua opinião e acho que o momento que escolheu ser secretário tem que arcar com a responsabilidade de ser secretário. Portanto, a cidade fica decepcionada com uma opinião dessa magnitude. Para encerrar, muito obrigado pela oportunidade, que a CPI, de fato, tenha uma vida aí de investigação na cidade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. O Ver. Erick Dênil usou a palavra. O próximo e último inscrito é o Ver. Giovani Culau, e, por favor, se atenha aos três minutos de perguntas, podendo fazê-las conjuntamente ou separadamente, mas ficando nos três minutos. Eu só peço, eventualmente, desculpas à testemunha e aos vereadores, que tanto eu quanto o relator, nós temos que ter alguma rigidez na questão de horário e nos temas, por isso a gente... Porque, às vezes, deriva demais e a gente tem que buscar falar nesse sentido. Obrigado. Ver. Culau.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Presidente. Cumprimento o senhor, o relator Marcos Felipi, os demais colegas vereadores e vereadoras, e a testemunha, na manhã de hoje, é o secretário Léo Voigt. Ao longo do testemunho, me parece que há uma insistência na afirmação de um desconhecimento, por parte do ex-secretário da Prefeitura, sobre as condições da Pousada Garoa. Mas eu quero, para executar as minhas perguntas, retomar alguns fatos. Em relação aos relatórios feitos pelos próprios agentes da política de assistência do Município, nós tivemos, em maio de 2023, um dos relatórios que apontavam que o emadeiramento, inclusive, da unidade que pegou fogo, o emadeiramento usado para separação dos cômodos era perigoso para casos de incêndio. Para além desse registro pontual, vários outros relatórios já

apontavam, vice-presidente Fleck, péssimas condições de higiene, situações de violência, precariedade na estrutura e negligência. Esses são relatórios produzidos pela própria política de assistência do Município. Se não bastasse, eu tenho aqui um *e-mail*, que é da equipe técnica do Centro Pop II, e eu me permito ler um trecho: “Durante as últimas visitas domiciliares realizadas na Pousada Garoa, da Farrapos, pode-se perceber a situação de precariedade do espaço quanto à higienização e infestação de insetos e animais peçonhentos, baratas, ratos. Poucos quartos estão em condições de sobrevivência, banheiros totalmente sujos e inadequados, os quartos sem ventilação e todos eles praticamente sem forros e com goteiras”. Se não bastasse, o Conselho Municipal de Assistência Social, desde 2023, pedia à Prefeitura de Porto Alegre esclarecimentos, inclusive, em relação ao método de fiscalização dos contratos da Prefeitura com a Pousada Garoa. Vice-presidente Fleck, eu tenho aqui uma matéria da Zero Hora, para não falar de outros veículos de imprensa, que aponta o relatório, fruto da força-tarefa da Prefeitura pós-incêndio na unidade da Farrapos. A manchete da Zero Hora diz o seguinte: “Relatório da Prefeitura mostra que unidades da Pousada Garoa têm risco à saúde e à segurança dos moradores. Quartos sem janela, pouca iluminação, falta de porta de saída em caso de emergência, muita infiltração, mas não apenas problemas de infiltração, problemas estruturais e elétricos graves, ambientes sujos, presença de insetos, principalmente baratas”. Poderia seguir nas caracterizações. Eu tive a oportunidade de vistoriar duas unidades da Pousada Garoa e eu considero que as condições eram, no mínimo, indignas. Não havia habitabilidade, visto que é alegado que isso era vistoriado pela Prefeitura. Fiz todas essas recuperações, porque eu preciso perguntar objetivamente: por que a Prefeitura foi incapaz de identificar previamente essas situações, visto que o próprio relatório da Prefeitura demonstrou que não restavam dúvidas das condições precárias, indignas e sem habitabilidade do contrato oferecido pela Pousada Garoa à política de assistência do Município. Por que Prefeitura foi incapaz? Por que a Prefeitura fez as renovações? Houve equívoco, descaso, omissão? (Pausa.) Hoje, o ex-secretário reconhece, eventualmente, o descaso, omissão ou incompetência na

fiscalização dos contratos? O senhor, em entrevista, após o incêndio, e a minha segunda pergunta, fez uma manifestação alegando que, para a assistência social, as pousadas eram vistoriadas e as condições eram dignas, corretas e adequadas. O senhor mantém essa manifestação que fez, se não me engano, no dia 30 de abril do ano passado?

Respondendo ao meu colega Ver. Erick Dênil, o senhor alegou questões pessoais para sua saída do cargo. O senhor, assim como nós, ao ocuparmos uma função pública, infelizmente, talvez, tenhamos que ter a consciência de que as nossas decisões na vida privada repercutem na nossa atuação pública. Eu não me sinto satisfeito pelo que ouvi do senhor e, talvez, tenho desconhecimento de outros posicionamentos públicos e, por isso, pergunto aqui: o senhor abandonou o cargo? O senhor fugiu do cargo de secretário do Município? Pergunto isso porque essa decisão foi 18 dias após uma tragédia, mas em meio a uma segunda tragédia, que foram as enchentes na nossa cidade.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Para concluir.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Para concluir, eu preciso, e tinha outras perguntas para fazer, dizer que, da minha parte, o senhor disse que tinha gratidão ao serviço prestado pela Pousada Garoa, eu preciso registrar aqui que não tenho gratidão alguma. Nós tivemos 11 mortos na nossa cidade, condições completamente indignas. O serviço era prestado com a remuneração de contratos milionários. Não acho que seja adequado que se fale em gratidão a esses serviços. Mas, como orientador da política de assistência que o senhor foi por um longo período, quase que a totalidade do governo anterior, eu também gostaria de lhe perguntar se essa modelagem de acolhimento não deveria ser feita pelo poder público, visto justamente que não se vê interesse da iniciativa privada, como o senhor mencionou aqui, em oferecer esse tipo de serviço? Mas gostaria muito de ser respondido se o senhor eventualmente abandonou ou fugiu do cargo de secretário do Município? Muito obrigado.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vereador, para registrar foram 6 minutos e 12 segundos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Como foi o primeiro. Obrigado.

SR. LÉO VOIGT: Bom, por ordem, tá, vereador. A questão de que as divisórias são de madeira. Tem um relatório que falou que as divisórias são de madeira. Bom, mas de madeira, toda unidade, todo CTG é de madeira, tem fogo de chão, tem fogo de campanha, tem fogo de churrasqueira, compreende? Se nós interditar o que é de madeira, que é um material usado em construção ordinária, aí nós vamos ter que rever o padrão de construção da cidade. Não era, pelo menos, de papelão e não era *drywall*, são divisórias de madeira, sim. Se alguém for lá botar fogo, em qualquer lugar que tenha habitação humana, vai pegar fogo. Se tiver madeira, vai pegar fogo de forma mais incisiva e mais rápida, não tem como negar isso. Mas madeira não pode ser proibida na construção civil e no processo de habitação. A higiene é ruim. É o seguinte: a higiene resulta do uso que as pessoas fazem do ambiente. Os espaços eram limpos ordinariamente. Quando havia problemas, os problemas eram apontados e os relatórios mostram que eram corrigidos. No entanto, tu fazes uma limpeza hoje e amanhã tem um monte de lixo acumulado naquele local. Isso não é determinado pela gestão, na minha opinião, isso é determinado pelo uso, precisa voltar lá e fazer de novo. Há várias fotos de falta de limpeza e que, de fato, decorrem dos usos que se faz daquele local. Sobre ratos e baratas, deve ter, porque tem em toda cidade, tem em todos os lugares. No entanto, esse é um problema fácil de resolver, um processo de desratização é simples. Eu não recebi nenhum relatório, nenhuma comissão do CMAS, nenhuma comissão de nenhuma reunião de ONGs, dizendo que as condições da pousada que a FASC contratou eram inabitáveis, como o senhor está dizendo. Eu não tenho nenhum material dizendo isso, que eram inabitáveis, nem o CMAS pediu a interdição dos

equipamentos. O senhor mesmo esclareceu que o CMAS pediu esclarecimentos, e eu suponho que a FASC prestou os esclarecimentos. Eu suponho, daí quem tem que responder se prestou ou não é a FASC, compreende? Portanto, a inabitabilidade não é verdadeira, ela é setorizada no local e ela também decorre do perfil de quem usa o equipamento. Embora há casos em que eu reconheço que ali precisaria uma medida, a questão das infiltrações era questão grave, isso sim, não é determinado pelo usuário, não é determinado pelo contrato, é determinado pela empresa que faz a gestão do equipamento. Bom, sobre a questão de eu ter viajado, eu não abandonei o cargo. Eu preparei as equipes, as estruturas e alinhei com o centro de governo, que eu sabia que eu ia faltar. Eu nunca consegui tirar férias nos três anos de governo, porque sempre que eu fui tirar férias era chamado para uma emergência. As emergências nas cidades são ordinárias, são regulares e são frequentes. E eu não conseguia nunca sair. Então, neste caso, eu preparei adequadamente, estruturei, defini com o centro de governo quem assumiria a liderança, quem eram as equipes, quem assumiria cada coordenação, cada capacitação, e deleguei isso previamente. Tanto que, na quinta-feira anterior à enchente, o prefeito reúne todo o secretariado e designa um outro secretário como coordenador dos abrigos, justo para aliviar a demanda da SMDS e da FASC. E é designado um outro secretário para coordenar os abrigos. Então, não se trata de omissão nem nada. Foi preparado, organizado e negociado. Se a modelagem, vereador, deva ser pública, eu lhe diria: talvez.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu quero dizer ao Ver. Culau, agradecer, se quiser concluir rapidamente, mas é que já passaram seis minutos, sou obrigado a fazer esse registro. Se quiser concluir, por favor, brevemente. A todos foi ofertada essa oportunidade.

VEREADOR GIOVANI CULAU e COLETIVO (PCdoB): Presidente, em respeito ao tempo, eu apenas vou deixar ao ex-secretário o *e-mail* da equipe técnica do Centro POP II, que justamente relata tudo aquilo que eu, a imprensa e a cidade

têm reportado sobre quais eram as condições da Pousada Garoa ao longo da vigência com os contratos com a Prefeitura. Eu considero, no mínimo, incompetência ou omissão que a Prefeitura, a partir do seu secretário, não tivesse conhecimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Giovani Culau. Muito obrigado à testemunha, também, nesse sentido. O Ver. Alexandre Bublitz é nosso próximo inscrito. Eu saliento ao vereador, que pode usar o microfone de aparte, que nós temos três minutos, pode separar as perguntas, ou fazê-las todas juntas ao mesmo tempo, ou se for só apenas uma. E pedimos objetividade, é claro, e, à testemunha, o máximo de objetividade possível. Eu queria até já saber com antecedência – em função de que nós temos uma decisão a ser tomada, ainda, quanto ao plano de trabalho dos vereadores da CPI – se há algum que ainda queira se inscrever, porque eu já o faço agora, ou o relator, mas, se não, o último inscrito é o Ver. Alexandre Bublitz.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Seria um outro vereador neste período. E é o que nós temos já em função do horário. Pois não, Ver. Alexandre Bublitz, por favor.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Perfeito. Primeiro, muito obrigado pelo espaço para a gente fazer a fala. É a primeira vez que eu estou me manifestando neste processo. Eu quero cumprimentar, Pedro, a tua iniciativa. Eu acho que é uma CPI muito importante, a gente está falando de vidas, mas a gente está falando mais do que isso, a gente está falando do cuidado à população em Porto Alegre. Eu acho que a gente tem uma responsabilidade muito grande aqui. E aqui eu queria trazer algumas coisas sobre o processo, como ele vem ocorrendo. A gente sabe que está tendo uma divergência entre a polícia e o Ministério Público sobre como está sendo enxergado todo o caso que

envolve a Pousada Garoa. A gente sabe, hoje, que a polícia tem um entendimento de que o incêndio que aconteceu ali seria um incêndio culposo, um ato imprevisível, algo que aconteceu, e está indiciando três pessoas por causa disso. Entretanto, o Ministério Público já está tendo uma visão diferente desse assunto, está entendendo que, sim, existe uma responsabilidade, né, que as pessoas envolvidas assumiram o risco de algo que poderia acontecer, ou seja, com um dolo eventual no processo. Eu entendo que isso é um ponto muito importante para a gente olhar agora, com mais calma, durante esta CPI, acredito que isso é algo que a gente deva mirar ali no futuro para a gente poder ter um entendimento melhor. E quero conversar com os meus companheiros, colegas vereadores, porque a gente tem um entendimento, eu tenho esse entendimento, de que se sabia, sim, das condições precárias dentro da Pousada Garoa, se sabia que poderia acontecer um eventual incêndio, um eventual problema, e que a gente precisa julgar com muita seriedade esse processo. Então, quando a gente vê que tem uma perspectiva por parte do Ministério Público e outra pela polícia, algo há errado aí. Eu acho que esta CPI tem um papel fundamental neste momento. Por isso, feita essa introdução da minha pergunta, eu gostaria de perguntar para senhor ex-secretário sobre a sua opinião sobre esse processo, se o senhor entende que existe, sim, uma responsabilização que a gente precisa fazer, ou se isso foi um mero acidente ocasional.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, vereador. Testemunha Léo Voigt. Som, por favor.

SR. LÉO VOIGT: Vereador, trata-se de um infortúnio. Teve um concurso da mão humana, que foi lá, a pousada não se autoimolou, não se autoincendiou, né. Ficaria confortável para mim terceirizar a responsabilidade e demonizar o agente privado. Vocês estão vendo que eu resisto desde o primeiro dia a esse encaminhamento, que é muito frequente e que é usado por muitos agentes públicos. Não é a minha posição. Segundo... Eu recebi, nos primeiros dias, as imagens, então, seja onde for, na Pousada Garoa ruim, média, razoável, seja em

qualquer outro equipamento em que alguém vai com material com poder de incêndio – me faltou a palavra – botar fogo, o local vai pegar fogo, ainda mais com pessoas dormindo à noite. Semana passada, vocês viram no Jornal Nacional, um sujeito vai de bicicleta e põe fogo numa pousada na Grande São Paulo, morrem duas pessoas e incendeia toda a pousada. Esse expediente de pôr fogo é um expediente muito frequente em determinados segmentos das populações, como um elemento de retaliação. Trabalhei 15 anos com galpões de reciclagem no Brasil. Presidente, a cada ano nós tínhamos um galpão incendiado no Brasil. No caso de Porto Alegre, o último que foi incendiado foi a Coopertinga, e houve uma disputa pelo controle do galpão, o Gernô resistiu, na semana seguinte o galpão apareceu totalmente destruído. Graças a Deus não teve nenhum tipo de dano que não seja material, mas destruiu uma das unidades modelo da cidade de Porto Alegre em reciclagem; e isso é um expediente muito frequente e usado. Talvez aqui eu deveria ter dado uma maior contribuição, reconhecendo que existe esse tipo de retaliação, quem sabe, previamente poderia ter previsto, compreende? Mas ainda assim os serviços não estavam sob a minha responsabilidade ordinária de gestão do cotidiano, do dia a dia. Eu não recebia relatórios – respondendo, eu acho, que ao próprio Ver. Culau –, eu não recebia os relatórios, as vistorias, eu não lia. Tudo isso que eu tenho de documentação é *post factum*, para investigar, para conhecer e por ter pedido essas informações.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Para concluir.

SR. LÉO VOIGT: Para concluir, bom, era isso, eu não posso me posicionar, vereador, nesse dissenso entre os órgãos públicos, porque não tenho o domínio da matéria jurídica. Eu discordo de ambos, o incêndio foi provocado, quem sabe seja essa a minha posição.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado a nossa testemunha Léo Voigt. Pois não, Ver. Hamilton Sossmeier.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Presidente Pedro Ruas, que brilhantemente está presidindo esta Comissão, faço um requerimento para que o plano de trabalho seja votado na nossa próxima reunião.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim, nós faremos logo depois, nós tivemos esse debate. Eu só queria fazer um registro importante ao ex-secretário Léo Voigt, nós analisamos aqui por que as pessoas não puderam sair e não quem botou fogo, porque pode ter sido um curto-circuito, pode ter sido uma pessoa que jogou gasolina, pode ter sido, enfim. A origem do fogo não é o debate, não é o objetivo da CPI, cabe uma investigação policial nisso, com certeza. Agora, por que as pessoas não puderam sair, morreram e se feriram, essa é uma questão da CPI. E também nos chama a atenção, e foi confirmado pelo senhor, que as Pousadas Garoa eram avisadas com antecedência por alguém da FASC, por melhor que seja o servidor, mas é algo que choca alguém que vai ser fiscalizado ser avisado da fiscalização. Conforme combinado até agora, nós teremos, logo depois, uma reunião, mas eu passo a palavra ao relator e também ao vice-presidente, se houver alguma consideração a fazer ainda ou pergunta.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Bom, tendo em vista o encaminhado da hora, mais três perguntas aqui. Quanto às competências da Secretaria de Desenvolvimento Social e a FASC, na sua visão, elas eram respeitadas? Porque não teve reuniões, entre vocês, sobre contratos, por mais que dissesse ali sobre a coordenação e organização das pessoas em situação de rua, é possível afirmar que essas competências não eram respeitadas, porque a FASC estava dentro do guarda-chuva da Secretaria de Desenvolvimento Social? E as condições da Pousada Garoa, conforme os vereadores trouxeram aqui, pela sua percepção, pelo seu conhecimento e experiência, a situação da rua, qual delas era a pior? E na sua percepção, tendo em vista que o senhor

continuou como secretário um tempo depois do incêndio, quais foram os motivos do incêndio?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Testemunha Léo Voigt.

SR. LÉO VOIGT: Bom, as condições eu já deixei claro aqui, não me omiti em nada. Havia unidades que precisavam de maiores exigências, passíveis seja de multa ou de interdição parcial. Inclusive, num dos relatórios tem o pedido de uma interdição parcial de uma unidade. Havia, num local, umidade, e aquele local deveria ser isolado. Então as condições da Pousada Garoa, em média, eram suficientes para que ninguém pedisse a interdição delas, seja a polícia, seja o Ministério Público, seja a Defensoria Pública, seja o CMAS, seja a política do idoso, seja os fiscais da Prefeitura, os fiscais da FASC ou mesmo da saúde. Não houve nenhum pedido para que isso fosse interditado, fosse interrompido. Sobre as possibilidades ali de por que as pessoas morreram, como elas poderiam ter sido salvas, não é? Nós não podemos ter a fantasia de que a pousada tinha estreitamento na saída e barras que nem na Boate Kiss, não é? Não se tratava disso, era um prédio ordinário ocupado por um outro fim, mas não foram alteradas as suas características de áreas comuns, de área de evasão. E, de fato, a assistência social não é o órgão mais adequado para dizer se está suficiente ou não, mas não havia ali contenção, nenhuma forma de impedimento. E essa é uma matéria policial, uma matéria da perícia para dizer as melhores condições. Bom, as condições na pousada eram ruins, como na rua? Eu acho, Ver. Marcos, que no caso das infiltrações começa-se a semelhar à condição da rua. Por isso que não pode ter água no local onde pessoas estão dormindo, porque isso tem na rua, e exatamente existe a política pública para tirar cinco ou seis condições absolutamente arrasadoras que a rua impõe, que é a falta de intimidade, a ausência de um teto de proteção, a ausência de poder fazer as suas necessidades biológicas e a exposição à insegurança tendo que dormir na rua. Isso, a pousada tem que assegurar, e eu acho que no caso das infiltrações, de fato, se questionava isso, porque daí o quarto começa a ficar semelhante à

condição da rua, e aí eu acho que precisa uma autuação. E os motivos do incêndio, de fato, estou convencido de que ele foi criminoso.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É isso, relator?

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Sobre as competências, a primeira pergunta ali, se eram obedecidas as competências da secretaria com a fundação?

SR. LÉO VOIGT: As competências da secretaria era de coordenar a estratégia política na área da assistência social, na área da população de rua; da assistência social não, essa era uma competência exclusiva da FASC. Nós coordenávamos a integração das estratégias de política pública no caso de morador de rua. Tanto que não havia reuniões ordinárias entre FASC e SMDS pelo grau de autonomia que o SUAS coloca na atividade da FASC. E isso é tão característico que o prefeito mudou, transformou ela agora numa secretaria justo para poder ter maior interveniência e gestão sobre a política da assistência social, sobre a gestão do SUAS.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Relator? Bem, senhoras e senhores, vereadoras, vereadores da comissão, vereadores também que não são da comissão, servidoras que nos auxiliaram, eu dou por encerrada esta reunião da CPI. Em cinco minutos, eu pediria que o Salão Adel Carvalho fosse liberado, porque nós temos uma reunião exclusivamente dos vereadores da CPI, é uma questão do plano de trabalho, importante e, em cinco minutos, estaremos ali. Reiterando o agradecimento, inclusive, ao pessoal da imprensa, eu dou por encerrada a reunião. Muito obrigado. (Pausa.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Presidente, só uma questão de ordem.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pois não.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Visivelmente, não temos mais quórum para aprovar ou não o plano de trabalho. Então, eu queria dar uma sugestão de nós encerrarmos a reunião e à tarde votarmos o plano...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Podemos.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Nós podemos fazer um acordo por assinatura para nós já podermos então ter o plano de trabalho aprovado para a próxima segunda-feira.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Podemos fazê-lo, se o senhor sugere ao final da sessão?

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Pode ser, por mim, não sei, o relator, mas estou dando como sugestão.

VEREADOR-RELATOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Importante sugestão, vice-presidente, só o intuito de todos é chegar num acordo. Não havendo acordo, nós vamos usar a próxima CPI, a segunda-feira que vem, às 9h e meia para votarmos o plano de trabalho e a oitiva que estaria prevista para a semana que vem vai acabar, vai sendo empurrada para a outra segunda-feira.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós tentaremos hoje.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Acho que visivelmente tem o acordo já implícito ali. O seu plano de trabalho contemplou...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos possibilidade de, digamos, pelo menos. Possibilidade temos. A sua sugestão é muito boa, pode até ser no início ou no meio ou no final, em algum espaço que surja.



VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E obrigado, relator, vice-presidente.
Encerro novamente a nossa sessão de hoje. Obrigado.

(Encerra-se a reunião às 11h30min.)